

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS 2005-2006
VISÃO SETORIAL

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro

Paulo Bernardo Silva

Secretaria Executiva

Secretário - Executivo

João Bernardo de Azevedo Bringel

Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Secretário

Afonso Oliveira de Almeida

Departamento de Gestão do Plano Plurianual

Diretor

Armando Amorim Simões

Coordenação-Geral de Monitoramento

Coordenador

Eugênio César Almeida Felippetto

Equipe Técnica

Andréa Costa Magnavita

Adriana Rodrigues dos Santos



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS**

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

**MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS 2005-2006
VISÃO SETORIAL**

Brasília, setembro de 2007

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K

FONE: 55 (61) 3429.4352

FAX: 55 (61) 3226.8122

Sítio: www.planejamento.gov.br

CEP: 70040-906 – Brasília – DF

© 2007, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica: DIBIB/CODIN/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI.
Monitoramento dos Programas do Plano Plurianual 2004-2007:
exercício 2007 – ano base 2006 : visão setorial 2005-2006 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília : MP, 2007.

42 p.

1. Planejamento econômico. 2 Orçamento público. I. Título

CDU: 336.26

SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
AGU – Advocacia-Geral da União
CD – Câmara dos Deputados
CGU – Controladoria-Geral da União
GabPR – Gabinete da Presidência da República
JT - Justiça do Trabalho
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MC – Ministério das Comunicações
MCidades – Ministério das Cidades
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MD – Ministério da Defesa
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
ME – Ministério do Esporte
MF – Ministério da Fazenda
MI – Ministério da Integração Nacional
MinC – Ministério da Cultura
MJ – Ministério da Justiça
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS – Ministério da Previdência Social
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MS – Ministério da Saúde
MT – Ministério dos Transportes
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTur – Ministério do Turismo
PPA – Plano Plurianual
SEAP – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca
SECOM – Subsecretaria de Comunicação Institucional da SGPR (SECOM/PR)
Senad – Secretaria Nacional Antidrogas
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SGPR – Secretaria-Geral da Presidência da República
SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TCU – Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
OBJETIVO	9
JUSTIFICATIVA.....	9
METODOLOGIA.....	10
Ano 2005.....	10
Ano 2006.....	10
ANÁLISE POR ÓRGÃO.....	11
PODER EXECUTIVO	11
1. Advocacia-Geral da União (AGU)	11
2. Presidência da República (PR)	12
3. Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP)	12
4. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)	13
5. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)	13
6. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)	13
7. Controladoria-Geral da União (CGU).....	14
8. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	14
9. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	15
10. Ministério da Cultura (MinC)	16
11. Ministério da Defesa (MD)	16
12. Ministério da Educação (MEC)	17
13. Ministério da Fazenda (MF).....	18
14. Ministério da Integração Nacional (MI).....	19
15. Ministério da Justiça (MJ)	19
16. Ministério da Previdência Social (MPS).....	20
17. Ministério da Saúde (MS)	21
18. Ministério das Cidades (MCidades).....	22
19. Ministério das Comunicações (MC)	22
20. Ministério das Relações Exteriores (MRE)	23
21. Ministério de Minas e Energia (MME)	23
22. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	24
23. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	24
24. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	25
25. Ministério do Esporte (ME).....	26
26. Ministério do Meio Ambiente (MMA)	26
27. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	27
28. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).....	28
29. Ministério do Turismo (MTur).....	29
30. Ministério dos Transportes (MT).....	29

PODER LEGISLATIVO	30
31. Câmara dos Deputados (CD)	30
32. Tribunal de Contas da União (TCU)	30
PODER JUDICIÁRIO	31
33. Superior Tribunal de Justiça (STJ)	31
34. Justiça do Trabalho (JT)	31
CONSIDERAÇÕES GERAIS	32
SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL SETORIAL	32
2005	32
2006	33
CONCLUSÃO	34
ANEXOS	35
A – ROTEIRO DE AVALIAÇÃO (ETAPA GERENTE)	37
B – ROTEIRO DE AVALIAÇÃO (ETAPA GERENTE)	38
C – ROTEIRO DE AVALIAÇÃO (ETAPA GERENTE)	39
D – QUADRO GERAL DE MONITORAMENTO 2004-2006	40

APRESENTAÇÃO

A necessidade de maior conhecimento das práticas adotadas para o monitoramento de programas do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 pelos Ministérios e órgãos equivalentes da Administração Pública Federal motivou a elaboração deste estudo. As informações fornecidas pelos gerentes de programas no processo de avaliação dos referidos programas (ano-base 2006), relativas ao monitoramento do desempenho físico das ações, são a fonte primária de trabalho do documento, que nesta versão contempla o período 2005-2006.

OBJETIVO

O fortalecimento do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) do Plano Plurianual requer a adoção de boas práticas de gestão por todas as suas unidades e a disseminação de informações que permitam conhecer e atuar no sentido de oportunizar melhorias ao seu funcionamento. Com este mapeamento dos mecanismos utilizados para o monitoramento do desempenho físico das ações dos programas do PPA, é possível conhecer e difundir as práticas adotadas, produzindo aprendizado e aperfeiçoamentos que possam ser compartilhados.

JUSTIFICATIVA

O uso de informações consistentes nos processos de tomada de decisão - em seus vários níveis - é fundamental para a implementação da gestão orientada para resultados na Administração Pública Federal. A obtenção dos resultados esperados pelos programas do PPA requer mecanismos de monitoramento que possibilitem intervenção em tempo de execução por parte de dirigentes, de gerentes de programa, de coordenadores de ação, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) e da Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA) para eventuais correções de rumo. O pressuposto é disponibilizar informações sintéticas e tempestivas que alcancem os decisores em tempo hábil.

Um instrumento importante para esse processo de monitoramento refere-se aos Sistemas de Informações Gerenciais dos órgãos setoriais (InfraSIG) cuja comunicação com o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) permite que o órgão setorial e o órgão central - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) - tenham informações permanentemente atualizadas e atendam a cada um desses atores no formato adequado, segundo suas necessidades.

As informações registradas na auto-avaliação pelos gerentes de programas foram agregadas e consolidadas por órgão, para que produzissem uma visão de todos os Ministérios ou equivalentes, e a partir daí fosse possível estabelecer termos de comparação e mensuração da evolução ao longo dos dois exercícios, propiciando uma avaliação do atual estágio das sistemáticas e dos instrumentos utilizados para o monitoramento dos programas do PPA.

METODOLOGIA

Foi realizada agregação por órgão setorial a partir do levantamento e tabulação das questões 1, 1.1 e 1.2 (anos 2005 e 2006), constantes do questionário preenchido pelos gerentes de programas do PPA (anos-base 2005 e 2006), do bloco Avaliação da Implementação, que compõe a Avaliação Anual do PPA. Esta agregação permite traçar uma visão geral do órgão quanto aos mecanismos utilizados no monitoramento das ações dos programas, bem como sua evolução no uso desses mecanismos ao longo do PPA 2004-2007.

ANO 2005

1. Existe, no âmbito da gerência, algum mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações? Sim ou não.

11. Em caso de resposta positiva, explicita a periodicidade, a abrangência e a forma como esse monitoramento é realizado e as dificuldades e oportunidades encontradas. Se for o caso, comente os aspectos que devem ser aperfeiçoados. Justificativa.

12. Em caso de resposta negativa, como são captadas as informações relativas ao desempenho físico das ações e quais as dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física? Justificativa.

ANO 2006

1. Existe, no âmbito da gerência, algum mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações? Justifique nos itens 1.1, ou, conforme a resposta sim ou não.

11. Em caso de resposta positiva, assinale a periodicidade, a abrangência e a forma como esse monitoramento é realizado e as dificuldades e oportunidades encontradas. Se for o caso, comente os aspectos que devem ser aperfeiçoados. É aceitável mais de uma marcação.

- a) Reuniões de trabalho
- b) Visitas in loco
- c) Sistemas informatizados
- d) SIGPlan
- e) Relatórios de Gestão
- f) InfraSIG
- g) Outros (especifique)

1.2. Em caso de resposta negativa, como são captadas as informações relativas ao desempenho físico das ações e quais as dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física? Justificativa.

Os programas Finalísticos, de Gestão de Políticas Públicas e de Serviço ao Estado formam o universo de programas avaliados. Em 2005, este conjunto atingiu 380, dos quais 369 foram avaliados e, em 2006, este número foi de 361 programas, dos quais 338 responderam à questão examinada neste documento.

O trabalho teve como parâmetro as respostas afirmativas, com a identificação das informações prestadas pelos gerentes de programas do PPA as quais se em cada campo. Para as respostas negativas, houve a identificação da dificuldade que estava associada à não existência de mecanismos de monitoramento.

O mapeamento dos mecanismos de monitoramento em 2005 e 2006 possibilitou desenhar um panorama para cada órgão setorial - em relação a estes mecanismos em cada exercício -, tecer considerações de caráter geral, realizar comparação entre exercícios e avaliar sua evolução nos dois exercícios aqui analisados.

ANÁLISE POR ÓRGÃO

O mapeamento dos mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações que integram os programas do PPA, obtido após tratamento das informações e de análise agregada por órgão setorial das respostas dos gerentes de programa, possibilitou a identificação das práticas adotadas para o monitoramento, nos anos de 2005 e 2006. Essas análises estão descritas de forma sucinta, por órgão setorial. Os órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário que responderam ao Roteiro de Avaliação são apresentados ao final deste documento.

PODER EXECUTIVO

1. ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU)

2005

Não informou a existência de sistemas informatizados de acompanhamento das ações e dos programas. Todavia, informou a criação de várias comissões temáticas para o assessoramento ao Advogado-Geral da União, as quais têm como objetivo a realização de reuniões mensais de avaliação da área temática finalística do órgão.

2006

Mencionou a existência de reuniões de trabalho relativas a comissões temáticas, visitas in loco realizadas pela UMA, acompanhamento mensal no SIGPlan e relatório anual de gestão para atender ao Tribunal de Contas da União (TCU).

2. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (PR)

2005

Houve uma evolução nas práticas adotadas para o monitoramento em relação ao ano anterior. Contudo, permanece a heterogeneidade apresentada em relação à periodicidade do acompanhamento das ações. Em geral, o monitoramento dos

programas é feito de forma mensal por meio do SIGPlan. Complementarmente, em alguns programas são realizadas reuniões gerenciais mensais e trimestrais com os coordenadores de ação, e elaborados relatórios de gestão de programa para avaliar o desempenho físico e financeiro das ações. Em alguns programas há, também, a existência de sistemas informatizados de acompanhamento das ações, com destaque para os programas Gestão das Políticas do Governo e Nacional de Juventude. Neste exercício, os programas da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) passaram a integrar a programação da Presidência da República. O monitoramento no âmbito da ABIN é realizado por meio do Plano Anual de Atividades, em consonância com os objetivos setoriais para a segurança constitucional, as orientações estratégicas da Presidência da República e os limites orçamentários disponibilizados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

2006

Os programas da PR, por ser de responsabilidade de áreas distintas, adotam, conseqüentemente, instrumentos de monitoramento diferenciados. Entretanto, o SIGPlan, as reuniões de trabalho e as visitas in loco são utilizados mais freqüentemente para monitorar ações, sendo estas visitas realizadas com periodicidades indefinidas. Já o monitoramento via SIGPlan ocorre mensalmente. Foi destacada a importância de sistemas informatizados que atendem às especificidades dos programas Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e Promoção da Ética Pública. Os gerentes dos programas Gestão da Política de Comunicação do Governo e Informações Integradas para Proteção da Amazônia responderam negativamente à questão. O primeiro argumentou que suas ações não possuem metas físicas, dada a característica do Programa, e o segundo afirmou que suas ações não são condizentes com as ações descritas no PPA 2004-2007.

3. SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA (SEAP)

2005

O monitoramento é efetivado com periodicidade mensal e semestral por meio de relatórios que abrangem o acompanhamento de convênios e contratos. As maiores dificuldades residem no reduzido quadro de servidores, o que dificulta o acompanhamento sistemático das ações.

2006

A SEAP utiliza diversos mecanismos para monitor seus programas. Embora utilize o SIGPlan e o relatório gerencial, o acompanhamento das ações dos programas também é realizado por meio de reuniões de trabalho e visitas in loco.

4. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR)

2005

Não há ainda uma sistemática de monitoramento instituída, sendo o monitoramento realizado por meio do levantamento de informações - realizado pela equipe da SEPPIR - e por meio de relatórios de desempenho. Foram apontadas dificuldades na obtenção de informações de outros órgãos quando a ação é do tipo multissetorial. Além disso, encontra-se em fase de aperfeiçoamento a utilização do InfraSIG da SEPPIR, denominado Sistema de Planejamento, Avaliação e Monitoramento (SISPLAM), para o monitoramento das ações.

2006

O SISPLAM ainda não foi utilizado plenamente na SEPPIR. O fato de o Programa Brasil Quilombola ter sido incluído nas Metas Presidenciais exigiu a realização de reuniões mensais e/ou bimensais, bem como deixou clara a necessidade de criação de um banco de dados exclusivo para a população quilombola. Embora mencione o uso do SIGPlan, o acompanhamento tem como foco dar resposta ágil à Casa Civil acerca da meta.

5. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM)

2005

A maior parte das ações são executadas por meio da celebração de convênios e são monitoradas mediante sistemática instituída no ano de 2005, que prevê, além de visitas in loco de representantes da SPM, monitoramento a distância, mediante a aplicação de questionários, o exame de fotos e outros documentos referentes aos projetos executados.

2006

O modus operandi do monitoramento da SPM se manteve igual ao de 2005, focado em reuniões de trabalho e visitas in loco.

6. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS (SEDH)

2005

O monitoramento é realizado de forma heterogênea entre os nove programas de responsabilidade da SEDH. Sete programas apresentam sistemática de monitoramento bem definida, realizada por meio de instrumentos como: visitas in loco para verificar a real e boa execução dos objetos pactuados, e relatórios com informações referentes à execução física e financeira do período, elaborados pela equipe técnica da SEDH. Nas ações implementadas por meio de formalização de convênios firmados com parceiros, as instituições e entidades convenientes, tanto públicas quanto privadas, elaboram e enviam à concedente relatórios parciais e

finais de prestações de contas físico-financeiras. Em outros dois programas os gerentes apontaram a ausência de metodologia de monitoramento, critérios e periodicidade definida para o acompanhamento das ações.

2006

Em 2006, a SEDH deu continuidade ao monitoramento realizado em 2005, com destaque para as reuniões de trabalho e as visitas in loco. Foi comentada a necessidade de pessoal capacitado e de recursos para deslocamentos. O uso de planilhas como ferramenta denota a necessidade de bancos de dados e sistemas informatizados para atender às demandas por informações. Responsáveis por oito dos nove programas afirmaram utilizar algum instrumento de monitoramento.

7. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

2005

A CGU dispõe de uma Área de Acompanhamento de Resultados, cujo monitoramento e desenvolvimento de ações foram aprimorados no curso de 2005, com reflexos quanto à obtenção dos objetivos buscados. Identifica-se também o aperfeiçoamento da informatização dos sistemas, o que contribuiu, de forma mais eficiente, para o melhor alcance da avaliação dos resultados. Permanece a necessidade de aperfeiçoamento e construção de novos indicadores para aferição dos resultados. No âmbito do Programa Avaliação da Gestão dos Administradores de Recursos Públicos Federais, o monitoramento e o registro do desempenho físico das ações do Programa é realizado no Sistema ATIVA, da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC).

2006

Com apenas um único programa sob sua responsabilidade, a CGU estruturou de maneira diferente o monitoramento das ações. Para as ações-meio, foi utilizado banco de dados criado pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPO). Para as ações relacionadas à correição é utilizado arquivo em formato padrão XLS, enquanto se elabora sistema de informação para armazenar os dados dessas ações. Já para as demais ações relativas às atividades de controle são utilizados o Sistema ATIVA e o Sistema Integrado de Gerenciamento da Informação da CGU – módulo controle interno. Para todas as ações, é feito acompanhamento da execução física por meio do SIGPlan.

8. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)

2005

Permanece o monitoramento em grande escala da execução física das ações por meio do Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN) - InfraSIG do MAPA. Predomina o registro mensal do desempenho físico das ações. Contudo, em alguns programas, a periodicidade pode apresentar variações de

acordo com o tipo de monitoramento utilizado. Assim, a periodicidade pode ser mensal, bimestral, quadrimestral, semestral ou anual. Complementarmente ao acompanhamento por meio de sistemas informatizados - via SIPLAN, Sistema de Informações Orçamentárias (SIOR) e Sistema de Acompanhamento das Atividades da Extensão Rural da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (SISCENEX/CEPLAC) -, cada ação pode apresentar uma forma específica de monitoramento, entre as quais destacam-se os seguintes instrumentos: emissão de relatórios gerenciais pelos coordenadores de ação, avaliações anuais da execução das ações, visitas periódicas aos locais de implantação dos projetos por técnicos do Ministério, produção de relatórios por Estado da federação e reuniões com entidades parceiras envolvidas com a execução dos programas. Foi apontada dificuldade decorrente do monitoramento da execução de ações por outros órgãos.

2006

O monitoramento é feito predominantemente pelo SIPLAN. Porém, em alguns dos 16 programas que responderam à questão este não é mencionado como instrumento de monitoramento. É citado o SIGPlan, mas há desconhecimento acerca da periodicidade de transmissão de dados entre os dois sistemas. Como o MAPA possui muitos programas e sua forma de atuação é bastante descentralizada, foi mencionada a relevância de visitas in loco, de reuniões de trabalho periódicas ou ad hoc para o contínuo acompanhamento das ações, além do SIGPlan e do relatório de gestão com periodicidade anual. Além disso, foi mencionado o início de expansão do SISCENEX da CEPLAC para outros Estados em que a instituição atua.

9. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT)

2005

O Sistema de Informações Gerenciais do MCT (SigMCT) foi apontado como a ferramenta de monitoramento mais utilizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, em 2005 (citada por seis dos 13 gerentes responsáveis pelos programas que compõem a programação do Ministério). O sistema, ainda em fase inicial de implantação, já se encontra em interface com o SIGPlan, e permite a integração das informações do conjunto de ações e programas do MCT. Entretanto, embora haja determinação para o lançamento mensal das informações relativas às ações dos programas, muitas vezes verifica-se o não cumprimento dos prazos, seja pelo fato de não haver alterações relevantes, ou na maioria das vezes por falha dos coordenadores de ação. Como outros mecanismos de monitoramento citados pelos gerentes de programa, destacam-se: visitas técnicas com o objetivo de verificar a implementação dos projetos apoiados, correspondências enviadas aos coordenadores de ação a cada seis meses (quando a ação é do tipo multissetorial), acompanhamento por meio da verificação dos empenhos e pagamentos feitos no período e reuniões de trabalho.

2006

Todos os oito programas responderam positivamente à existência de mecanismo de monitoramento, sendo o SigMCT citado em todos os programas. São freqüentemente utilizadas as reuniões de trabalho e as visitas in loco. Já os relatórios de gestão aparecem com o fim de atender aos órgãos de controle e menos com o fim gerencial. Os seminários e workshops foram destacados também como ferramentas relevantes para o monitoramento de ações e o intercâmbio de experiências.

10. MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC)

2005

Não foi identificada uma forma sistêmica de monitoramento. Em dois dos nove programas, foi informado pelos gerentes que o monitoramento é feito apenas com base na execução orçamentária e financeira, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) ou a partir de relatórios de execução orçamentária. Três gerentes de programas apontaram a utilização do Plano Interno (PI) como instrumento de acompanhamento detalhado da execução física e financeira. Além disso, um gerente de programa apontou a realização de parcerias com instituições acadêmicas e de pesquisa em políticas públicas para o desenvolvimento e implantação dos componentes do sistema de monitoramento e avaliação. Existem também outros mecanismos específicos de monitoramento, como é o caso do Programa Monumenta que, por exigência contratual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), semestralmente encaminha o Relatório de Progresso, onde são avaliadas todas as ações executadas no âmbito do Programa, apontado os resultados e entraves ocorridos e sua evolução.

2006

O SIGPlan foi citado em oito dos nove programas como mecanismo de monitoramento. Aliado a este, há reuniões de trabalho, visitas in loco e sistemas informatizados que atendem a programas e/ou ações específicas. Como fator limitante foi destacado o problema de carência de pessoal capacitado. O Programa que manifestou ausência de mecanismo de monitoramento reconhece que a mera verificação de prestação de contas de viagens, isoladamente, não fornece elementos adequados para um monitoramento efetivo do Programa, pois não demonstra os produtos/serviços gerados pelas ações.

11. MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)

2005

De maneira análoga ao que ocorreu no ano de 2004, os gerentes de programa do MD destacaram os seguintes mecanismos de monitoramento: relatórios de missão (com informações de acompanhamento das execuções física e

financeira das ações), fiscalizações, reuniões periódicas entre a equipe gerencial e os coordenadores de ação, Planos Internos (Pis), visitas técnicas, ofícios e expedientes internos, além do monitoramento usual realizado por meio do SIGPlan. A periodicidade no acompanhamento das ações variou de acordo com o tipo de monitoramento pretendido (mensal ou trimestral). Alguns gerentes responsáveis por programas da Marinha informaram sobre a realização do acompanhamento pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR), que exerce função semelhante à da Comissão de Monitoramento e Avaliação prevista no Decreto nº 5.233/2004. No âmbito da Aeronáutica, está em fase de elaboração de requisitos um sistema informatizado de acompanhamento da execução de ações, projetos e atividades, com a finalidade de atender a todos os programas de responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Permanece ainda a preocupação, em alguns programas da Marinha, de introduzir indicadores de eficiência, eficácia e efetividade para acompanhar e avaliar os resultados das ações.

2006

Em todos os 27 programas foi adotado algum tipo de mecanismo de monitoramento. Dada a característica deste Ministério, em que há estrutura organizacional já consolidada e canais de comunicação instituídos, o acompanhamento de execução físico-financeira das ações já é uma atividade sistematizada. Os instrumentos de monitoramento predominantes nos programas foram reuniões de trabalho, sistemáticas ou não, visitas in loco, intituladas muitas vezes de visitas de inspeção, diversos sistemas informatizados para atender às especificidades de cada programa e o SIGPlan, tanto no acompanhamento mensal quanto na validação trimestral. Outro aspecto relevante foi o fato de as visitas não serem ainda mais frequentes devido às grandes distâncias do Território Nacional e à escassez de recursos para diárias e passagens. Além disso, deve-se mencionar a utilização, em muitos programas, das diretrizes contidas no Sistema do Plano Diretor (SIPLAD) - apoiadas no sistema informatizado SIPLAD como eixo orientador do monitoramento.

12. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

2005

Sete gerentes de programas informaram utilizar o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC) como ferramenta gerencial, tendo uma aceitação muito grande por parte da alta gestão, dos gerentes e dos coordenadores de ação. Contudo, embora as informações devam ser disseminadas mensalmente pelos coordenadores, foi apontada, em um dos programas, carência de habitualidade (rotinização de uso) por parte dos seus usuários. Além do SIMEC, dois gerentes de programas informaram que o acompanhamento é realizado por meio de outros sistemas como o Sistema Brasil Alfabetizado (SBA) do Programa Brasil Alfabetizado, o Sistema de Acompanhamento de Programas e Projetos Educacionais (SAPE) do Programa Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica e o Sistema Eletrônico de Planejamento de Informações da Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADPLAN), no âmbito do Programa Educação para Diversidade e Cidadania. Complementarmente ao acompanhamento a distância nos sistemas, alguns programas apontaram visitas in loco às entidades executoras das ações, com destaque ainda para o monitoramento das ações implementadas em cooperação técnica internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no caso do Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (Proinfantil) e do Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação) cujas atividades são monitoradas concomitantemente à sua execução, mediante avaliação da participação dos professores, tutores e formadores, pelo cadastro dos dados no Sistema de Informações do Proformação (SIP Web). Também são realizadas reuniões tripartites anuais entre o MEC, o PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para monitoramento das atividades desenvolvidas nos programas.

2006

O SIMEC continua se consolidando como o sistema do MEC, mas ainda há outros sistemas que atendem às especificidades dos diversos programas do Ministério, e que alimentam, em muitos casos, o SIMEC. Foi questionada a qualidade dos dados inseridos por parte dos executores. Quanto ao SIGPlan, destacou-se o relatório de avaliação como instrumento de monitoramento mais completo dos programas - instrumento o qual, juntamente com o relatório de gestão, possibilita identificar erros e avanços nos programas.

13. MINISTÉRIO DA FAZENDA (MF)

2005

Observou-se no MF uma diversidade relacionada à periodicidade do monitoramento dos programas - mensais, trimestrais, semestrais ou anuais. Contudo, mais que a metade (nove) adotou o sistema de monitoramento mensal. Deve-se ressaltar que quatro programas não especificaram a periodicidade ou não a possuem definida. Foi informada a utilização do SIGPlan em apenas quatro programas, sendo que o método de monitoramento mais comum é o uso de reuniões periódicas. Além dos métodos de monitoramento já citados, também foram relatados: o uso de sistemas de monitoramento específicos como o Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen) e o Sistema de Acompanhamento Financeiro SIAPM, do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), além da utilização de relatórios e planilhas, seminários, consultores, cursos a distância, questionários de avaliação e formulários. Dois gerentes de programas ressaltaram a dificuldade de se encontrar métodos de acompanhamento adequados, devido à natureza não-rotineira dos programas e por dependerem de informações de outros órgãos.

2006

Destacou-se a importância de reuniões de trabalho para disseminação de boas práticas e aperfeiçoamento dos programas. Além do acompanhamento

mensal e trimestral no SIGPlan, há outras periodicidades de acompanhamento face à natureza da ação. Outros sistemas informatizados são utilizados de modo a atender às especificidades de acompanhamento dos programas ou até mesmo de ações, devido à impossibilidade de acompanhamento dos programas em toda a sua extensão e complexidade no SIGPlan. Os relatórios de gestão para atender ao controle também foram citados como ferramentas de monitoramento.

14. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI)

2005

O Ministério possui a maior parte das ações relativas a obras de construção com execução geralmente descentralizada. Dessa forma, o monitoramento é realizado a partir de inspeções periódicas in loco e análises técnicas conclusivas acerca da execução física dos objetos pactuados nos convênios. Entretanto, gerentes de dois programas informaram adotar o uso do Sistema de Acompanhamento de Obras (SASO) como forma de acompanhamento das ações. Um outro gerente de programa informou que está desenvolvendo seu próprio sistema (georreferenciado), razão pela qual ainda não realiza o monitoramento. A grande maioria dos gerentes de programas não citou a periodicidade de acompanhamento das ações, sendo este feito sem uma regularidade, devido à restrição de locomoção dos gerentes, o que se explica pela distância dos projetos. Persistem, ainda, ausência de articulação entre os atores envolvidos, e escassez de recursos humanos e materiais para realizar inspeções e para fazer o acompanhamento.

2006

As ações são monitoradas de forma bastante heterogênea. Porém, as reuniões de trabalho e as visitas in loco são fundamentais devido à existência de muitos contratos e convênios. Dois dos 12 programas afirmaram não haver instrumentos sistêmicos de monitoramento: o Programa Respostas aos Desastres, cujo acompanhamento é ex-post, e o Programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso), que depende do acompanhamento realizado por meio de relatórios apresentados por diversos atores envolvidos na execução das ações.

15. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)

2005

Dos 15 gerentes de programas que informaram ter algum tipo de monitoramento, nove o fazem mensalmente, sendo que os demais o fazem quinzenalmente, diariamente ou não especificaram a periodicidade. As formas de acompanhamento das ações variam de acordo com a necessidade de cada programa, sendo os mais frequentes: relatórios periódicos, reuniões e acompanhamento das informações no SIGPlan. Dois gerentes informaram que estão desenvolvendo sistemas de monitoramento, com o intuito de incrementar os relatórios. Outro gerente de programa ressaltou a necessidade de implantação do processo de monitoramento e do sistema de avaliação passo a passo via InfraSIG, integrado

ao SIGPlan, de forma a auxiliar a captação de informações sobre a execução das ações nas unidades descentralizadas. Os demais não especificaram de maneira clara os instrumentos utilizados para o monitoramento. Como dificuldade, foi citado o tempo necessário para implementação de sistemas informatizados.

2006

Todos os programas do MJ adotam algum tipo de monitoramento. Como o órgão possui programas nas mais diversas áreas, as formas de monitoramento são heterogêneas até mesmo dentro dos programas, dependendo das características das ações e dos recursos disponíveis para realizar o acompanhamento de forma adequada. As ferramentas mais utilizadas foram reuniões de trabalho, SIGPlan, relatórios de gestão e visitas in loco, bem como sistemas informatizados que são imprescindíveis para alguns programas, tais como Segurança Pública nas Rodovias Federais e Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Foi mencionada a necessidade de InfraSIG e sua operabilidade com o SIGPlan.

16. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (MPS)

2005

Dos sete gerentes de programas do MPS que informaram realizar algum tipo de monitoramento das ações no ano de 2005, cinco afirmaram usar métodos eletrônicos, sendo que dois o fazem por meio do SIGPlan, unicamente ou de maneira complementar. Foi encontrada uma grande variedade de sistemas de monitoramento, além do uso de planilhas, relatórios de ações on-line e outros sistemas corporativos. A periodicidade do acompanhamento das ações não foi especificada na maioria dos programas. Permanece ainda a dificuldade advinda do rodízio de funcionários responsáveis pelo fornecimento dos dados, o que muitas vezes acarreta uma discrepância nos dados informados, devido à diferenciação quanto às interpretações do conceito das metas. Também houve proposta para aumentar a interação entre a área de execução e a de coordenação, com o objetivo de aperfeiçoar o acompanhamento das ações.

2006

Sete dos oito programas utilizam alguma ferramenta de monitoramento. Ainda que assistemáticas, as reuniões de trabalho são, junto com o SIGPlan, os meios mais utilizados para acompanhar as ações. Foram mencionadas também as visitas in loco, que não ocorrem na frequência adequada devido a restrições orçamentárias. O gerente do Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União informou que uma das razões para não efetuar o monitoramento é o grande número de localizadores de gasto das ações, o que acarreta dificuldades para realizar acompanhamento.

17. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

2005

Devido à complexidade das ações e à necessidade de parcerias entre Estados, Municípios e o Governo Federal, o monitoramento é realizado sistematicamente, de forma descentralizada, com grande diversidade de sistemas de informação para acompanhamento das ações. A grande maioria dos programas utiliza sistemas informatizados, destacando-se os seguintes: Sistema de Gestão Federal/Estadual da Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), Sistema de Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica (SIFAB), Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH), Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC), Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Informação em Saúde Indígena (SIASI), Sistema de Informação de Saneamento em Áreas Indígenas (SISAB), Sistema Gerencial de Acompanhamento dos Projetos de Saneamento (SIGESAN) e o SISPLAM. O SISPLAM foi citado por cinco gerentes de programas (número superior ao do ano anterior). Estes sistemas permitem o monitoramento do cumprimento das metas, tanto no nível municipal, quanto no estadual e no nacional. Além do uso de sistemas, o Ministério também realiza reuniões com representantes da área e utiliza planilhas, relatórios gerenciais, indicadores de resultado do contrato de gestão, ouvidorias e visitas técnicas para o acompanhamento do desempenho físico. A periodicidade apontada é variada. Existem acompanhamentos diários, mensais, trimestrais, semestrais, anuais e bienais. Foram relatadas dificuldades na transmissão das informações entre as esferas municipal e estadual, e entre estas e a federal, em tempo hábil para serem utilizadas em relatórios.

2006

As ações dos programas do MS são, quase na sua totalidade, descentralizadas e de caráter contínuo. E exigem um nível de articulação muito grande com Estados e Municípios para que as políticas de saúde sejam implementadas em todo o Território Nacional. Foi relatado que, em virtude da descentralização da execução física das ações, os dados demoram a chegar na esfera federal para serem consolidados. São diversas as ferramentas utilizadas, porém os diversos sistemas informatizados e o SISPLAM se destacaram. As reuniões de trabalho e as visitas in loco foram citadas como instrumentos que poderiam ser intensificados, caso não houvesse restrições de ordem orçamentária. Destacou-se, entre os programas, a estrutura existente para o Programa Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis, que lança mão de reuniões de trabalho, de visitas, de sistemas informatizados, SISPLAM, relatórios de gestão e disponibiliza um sítio específico na Internet para o Programa: <<http://www.aids.gov.br>>.

18. MINISTÉRIO DAS CIDADES (MCIDADES)

2005

A maior parte das informações para o monitoramento são obtidas por meio de sistemas informatizados operados pela Caixa Econômica Federal (CEF), principal agente financeiro executor das ações do MCidades. Dos 14 programas do MCidades nove informaram utilizar sistemas da CEF para acompanhar o desempenho de seus programas e ações. O monitoramento por meio do SIGPlan foi citado em apenas um programa. Complementarmente à utilização de sistemas foram apontados, pela maioria dos programas, os acompanhamentos por meio de relatórios e planilhas e a obtenção de informações por intermédio de contatos e reuniões com agentes executores e parceiros. A periodicidade varia de acordo com a natureza das ações dos programas, sendo mais comum a mensal. Dentre as dificuldades apontadas para o monitoramento das ações destacam-se a falta de presteza das informações que são apuradas pelos parceiros e problemas de qualidade e suficiência das informações.

2006

As informações referentes às ações do MCidades são obtidas, na sua maioria, por meio dos sistemas informatizados da CEF, agente operador dos programas do Ministério. As ações são bastante descentralizadas e dependem, em muitos casos, da apresentação de projetos para que o recurso seja liberado. Deste modo, o acompanhamento da execução física das obras fica condicionado ao envio de informações por parte dos parceiros. As reuniões de trabalho e as visitas in loco foram citadas, muitas vezes, como sendo para sanar situações problemáticas e/ou verificar obras irregulares, não sendo adotadas de forma sistêmica como ferramentas de monitoramento.

19. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES (MC)

2005

Cinco dos seis programas afirmaram realizar monitoramento do desempenho físico das ações. Dentre os métodos indicados destacaram-se: relatórios de execução, visitas in loco e fiscalizações. Em relação à periodicidade do acompanhamento, esta variou de trimestral à mensal, com predominância da segunda.

2006

Todos os seis programas do MC indicaram realizar monitoramento de suas ações, utilizando, inclusive, os mesmos instrumentos relatados em anos anteriores como reuniões de trabalho, sistemas informatizados e relatórios de gestão, sendo o SIGPlan mencionado por cinco das seis equipes gerenciais.

20. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE)

2005

Dos oito gerentes de programas que afirmaram efetuar monitoramento das ações, apenas um não especificou o método utilizado, sendo que entre os demais dois programas o fazem por meio de relatórios mensais, trimestrais ou anuais e três por meio da inserção regular dos dados no SIGPlan. O gerente do Programa Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular informou que o monitoramento do desempenho físico das ações é realizado a partir de relatórios consulares enviados anualmente pelas repartições consulares no exterior. No Programa Promoção das Exportações é elaborado, em complemento aos relatórios trimestrais, Balanço de Resultados das Atividades do Programa divulgado anualmente no sítio BrazilTradeNet.

2006

Nove dos 10 programas afirmaram utilizar mecanismos de monitoramentos para acompanhamento de suas ações. Os instrumentos citados foram reuniões de trabalho, SIGPlan e sistemas informatizados.

21. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME)

2005

Os mecanismos de monitoramento das ações do MME se apresentam bastante diversificados, isto porque dos 26 programas de responsabilidade do MME 19 têm a participação de diversos órgãos, autarquias e empresas na execução, com destaque para a Petrobras, Eletrobrás, Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Assim, o gerenciamento das ações é apoiado por uma variedade de sistemas informatizados, dos quais destacam-se: o Sistema de Informações Gerenciais da ANEEL (SIGANEEL), o Sistema de Acompanhamento de Gestão Empresarial da Eletrobrás (SIAGE), o Sistema de Gestão Integrada (SAP/R3), o Sistema de Informações Gerenciais (Business Warehouse) e o Sistema Balanced Scored Card (BSC). Além dos sistemas corporativos foram informados os seguintes instrumentos de acompanhamento: relatórios gerenciais, visitas de fiscalização técnico-administrativa e reuniões periódicas da gerências dos programas com os coordenadores das ações e com as superintendências parceiras. Quatro gerentes de programas informaram que o monitoramento da expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), que realiza reuniões periódicas sob a coordenação do MME com a participação da ANEEL e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), entre outros agentes. A periodicidade do monitoramento é variável, havendo certa predominância do acompanhamento mensal. Em um programa foi relatada a dificuldade no monitoramento de algumas ações devido à inexistência de sistemas informatizados de suporte às atividades de planejamento e acompanhamento das ações.

2006

As ações do MME são executadas por diversos atores. São adotadas variadas formas de monitoramento dentro de cada programa. Os mecanismos de monitoramento mais citados foram os seguintes: reuniões de trabalho, SIGPlan, relatórios de gestão, sistemas informatizados e visitas in loco. Foi relatada a dificuldade de se monitorar as ações sob a responsabilidade de outros órgãos (oito dos 25 programas do MME são multissetoriais). O Programa Luz para Todos, Meta Presidencial em 2006, mereceu acompanhamento mais intensivo. Foi mencionado o uso intensivo do SIGANEEL no Programa Qualidade do Serviço de Energia Elétrica.

22. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)

2005

De modo geral, o monitoramento das ações se apresenta semelhante ao diagnóstico realizado no ano anterior. Contudo, houve uma certa melhora em relação às iniciativas de desenvolvimento de novos sistemas informatizados para registro de informações de desempenho das ações. Nesse sentido, destaca-se o Programa Crédito Fundiário, que em 2005 consolidou a implantação de vários sistemas informatizados de monitoramento, que permitiram trabalhar com informações em tempo real, possibilitando maior controle social do Programa. Ressalta-se, porém, que alguns programas ainda não possuem sistemas corporativos, o que dificulta o monitoramento e a divulgação das informações para parceiros e unidades gestoras. Nestes programas, o monitoramento é realizado por meio de comitês, relatórios, contatos telefônicos, visitas técnicas e reuniões com parceiros. Em relação à periodicidade, observa-se a predominância do monitoramento semanal e mensal.

2006

O modo e a intensidade de monitoramento ainda são bem heterogêneos entre os programas do MDA. Destacam-se, entretanto, os programas Agricultura Familiar (PRONAF) e Crédito Fundiário, que utilizam as reuniões de trabalho, as visitas in loco e os sistemas informatizados para efetuar o acompanhamento das suas ações. Em virtude das características dos programas do MDA, cuja forma de implementação é, em grande parte, descentralizada, as visitas, as reuniões de trabalho e o acompanhamento de contratos e convênios são sistemáticas usuais de monitoramento deste órgão.

23. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS)

2005

O monitoramento das ações foi realizado de forma diversificada. Dos oito programas que responderam à questão, dois comunicaram que as informações

são obtidas por intermédio de formulários, relatórios e planilhas de execução orçamentária e financeira, disponibilizadas pelos Estados, Municípios e agentes convenientes, a exemplo da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Os demais programas realizam o acompanhamento por meio de relatórios periódicos de gestão e visitas técnicas. Adicionalmente a estes instrumentos, cinco programas indicaram haver iniciativas de desenvolvimento de sistemas corporativos para acompanhamento físico e financeiro das ações, sendo citados os sistemas de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS Web), em fase de implementação, e o Sistema de Informações Gerenciais do SUAS (SIGSUAS), ainda em fase de elaboração, que deverá ser disponibilizado para os Municípios até o final do primeiro semestre de 2006. A periodicidade se apresenta bastante variável, havendo programas com acompanhamento das ações mensais, trimestrais, semestrais e anuais.

2006

Os seis programas do MDS continuaram adotando diversas formas de monitoramento. Porém, os pilares do monitoramento das ações são as reuniões de trabalho, as visitas in loco e os sistemas informatizados específicos. Foi mencionado que já está em operação o SUAS Web e o Rede-SUAS.

24. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC)

2005

Em 2005, o monitoramento do desempenho físico e financeiro das ações do MDIC foi realizado por meio dos seguintes instrumentos: visitas técnicas para verificar in loco o cumprimento das metas previstas nas ações; elaboração de relatórios a respeito do andamento dos processos e das atividades desempenhadas; reuniões periódicas e atendimento às exigências legais para elaboração do relatório de gestão, das Metas Presidenciais, da Mensagem Presidencial e do Balanço Geral da União (BGU). Complementarmente aos instrumentos acima citados, dois gerentes de programas indicaram o uso de sistemas gerenciais informatizados como ferramentas de planejamento e consulta das informações das metas físicas e financeiras das ações, sendo eles: o Sistema de Informações Gerenciais do Plano Anual de Trabalho (SIGPAT), em operação há mais de cinco anos, no âmbito do Programa Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, e o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Sistema Alice) e o Sistema Radar Comercial no âmbito do Programa Desenvolvimento do Comércio Exterior. No Programa Metrologia e Qualidade Industrial, o gerente comunicou a intenção de adoção da metodologia de medição do desempenho conhecida como Balanced Scorecard (BSC), como forma de aperfeiçoamento do processo de monitoramento. Quanto à periodicidade no acompanhamento das ações, três gerentes de programas indicaram que esta é mensal, não havendo indicação pelos demais.

2006

O MDIC adotou diversas formas de monitoramento para os 10 programas. Entretanto, foram mencionados os relatórios de gestão, os sistemas informatizados, o SIGPlan e as reuniões de trabalho. As reuniões de trabalho e as visitas in loco possuem, em alguns casos, periodicidades não definidas, dependendo, assim, da característica do projeto, do conveniente etc. Dois programas (Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental e Pólo Industrial de Manaus) não detalharam seus mecanismos de monitoramento.

25. MINISTÉRIO DO ESPORTE (ME)

2005

As equipes gerenciais responsáveis pelos programas realizam o monitoramento de forma diversificada, de acordo com a forma de execução das ações. Relatórios de execução, protocolos de monitoramento, visitas in loco e relatórios enviados por parceiros foram alguns dos tipos de acompanhamento citados. O monitoramento é ainda incipiente, não havendo relatos de sistemas informatizados para acompanhamento e levantamento de informações. O gerente do Programa Rumo ao Pan, por exemplo, afirmou não existir instrumentos periódicos de monitoramento das ações que o compõem, sendo este feito por meio de relatórios do Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos Rio 2007 (CO-RIO), dos parceiros, e de eventuais visitas in loco. A periodicidade do monitoramento também é variada. Os problemas encontrados foram a falta de recursos financeiros para visitas de técnicos aos projetos e a ausência de sistemas informatizados.

2006

Em todos os programas do ME são realizadas ações de acompanhamento. Destacaram-se, nos relatos, as reuniões de trabalho, o SIGPlan, os sistemas informatizados (ainda que para acompanhamento de contratos e convênios) e os relatórios de gestão - elaborados para atender aos órgãos de controle, mas que de algum modo propiciam uma visão global do andamento dos programas. Alguns gerentes ressaltaram a importância das visitas in loco, embora estas não ocorram na intensidade desejada devido a restrições orçamentárias. De modo geral, não há uma orientação setorial quanto ao monitoramento de programas e ações.

26. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)

2005

Foram citadas várias metodologias para o monitoramento das ações. Entre os mais utilizados estão: o uso de sistemas de informação computadorizados, relatórios, reuniões periódicas e visitas in loco. Também foi relatada a realização de acompanhamentos a distância, por meio de contatos telefônicos e mensagens eletrônicas, serviço de consultorias, planilhas de execução financeira e

monitoramento via web. Dos 22 programas, quatro citaram o SIGPLAN como sistema de informação gerencial utilizado para o monitoramento das ações e outros quatro informaram a utilização de sistemas específicos como o Sistema de Gestão de Indicadores de Desertificação (SIGINDES), o Sistema de Licenciamento Ambiental (SISLIC) e o Sistema de Informações Gerenciais do Meio Ambiente (SIGMA) como meio de obtenção de informações e controle da execução física e financeira das ações. O Programa Combate à Desertificação informou que outra medida adotada para iniciar o monitoramento do desempenho físico das ações foi a elaboração do Termo de Cooperação do Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), a ser celebrado com a Agência Nacional de Águas (ANA), a ANEEL, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA). O objetivo deste termo de cooperação é o de integrar ações entre as referidas instituições no sentido de implementar sistema de monitoramento e avaliação, e o compartilhamento dos dados e das informações produzidas entre as instituições envolvidas. O gerente do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (PZEE) declarou que, entre outras atividades, realiza o monitoramento anual por meio da avaliação dos produtos pela Comissão Coordenadora. A periodicidade do monitoramento é variável, existindo acompanhamentos diários, semanais e até anuais. Entretanto, a maioria das ações tem acompanhamento mensal, especialmente quando este é feito por meio de relatórios. Algumas restrições estão relacionadas com a falta de informações sistematizadas em determinadas áreas e a necessidade de um maior número de técnicos para trabalhar no monitoramento dos projetos.

2006

As ações do MMA exigem coordenação com outras esferas de governo, bem como com outras áreas do próprio Governo Federal, em virtude do caráter transversal da sua área de atuação. Devido à amplitude da cobertura do Ministério, foram mencionadas as grandes distâncias e a carência de técnicos para realizar o acompanhamento in loco. Além disso, o desenvolvimento de sistema informatizado foi citado por várias equipes gerenciais. Relatórios de gestão são vistos como oportunidade para se fazer uma avaliação consolidada dos programas. O SIGMA é utilizado no monitoramento financeiro dos convênios que possuem recursos oriundos de doações ou empréstimos de organismos internacionais. O Sistema de Informações Setoriais de Planejamento, Orçamento e Gestão da ANA (SISPLANA) disponibiliza informações qualitativas e quantitativas da execução de ações orçamentárias sob a responsabilidade da ANA. Além desses sistemas, são utilizados outros que atendem a programas e unidades específicos do MMA. Foi relatado o problema de gerenciamento de ações de programas multissetoriais.

27. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP)

2005

O monitoramento é realizado de forma heterogênea entre os 14 programas do MP que responderam à questão. O acompanhamento por meio de sistemas

informatizados foi bastante citado entre os gerentes dos programas, sendo o SIGPlan mencionado por cinco. Destacam-se, dentre os outros sistemas: o Sistema de Suporte à Decisão (SSD/DW), que integra e organiza os dados do Sistema Integrado de Administração Patrimonial (SIAPA) pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e do Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), disponibilizando-os para consulta cliente-servidor ou web, e o Sistema de Informação e Gestão do Patrimônio da União (SIGPU), ainda em desenvolvimento, com previsão para implantação no segundo semestre de 2006. Os demais métodos listados pelos gerentes de programas foram: relatórios, planilhas, reuniões com coordenadores de ação, visitas aos locais onde as ações estão sendo implementadas e avaliações de desempenho institucional. O Programa Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público promoveu, em 2005, eventos (oficinas e reuniões) para discussão da melhoria dos processos de monitoramento e implementação das ações no âmbito do Programa. Não existe uma periodicidade padronizada, podendo ser diária, semanal, quinzenal, mensal, trimestral ou anual.

2006

Os 12 programas do MP utilizaram os diversos instrumentos de monitoramento, dada a peculiaridade de cada programa, uma vez que o Ministério possui cinco programas de gestão, quatro de serviço ao Estado e três finalísticos. O monitoramento do MP está focado no SIGPlan a despeito de outras ferramentas também serem utilizadas, tais como as reuniões de trabalho. O InfraSIG do MP tem sido utilizado como importante ferramenta de acompanhamento orçamentário, embora ainda não haja troca de dados com o SIGPlan. Há, ainda, alguns sistemas informatizados específicos para o trabalho do IBGE e da SPU.

28. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)

2005

Existe uma grande heterogeneidade no acompanhamento das ações. Os sistemas informatizados utilizados diferem de programa a programa, sendo citados os seguintes sistemas para o monitoramento das ações: Sistema de Acompanhamento da Execução do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) - o SAEP –Web -, Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego (SIGAE), Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (SPMA) e Sistema Federal da Inspeção do Trabalho (SFIT). Foram citadas ainda as visitas in loco, avaliações de desempenho e reuniões. O Programa Democratização das Relações de Trabalho informou realizar reuniões de periodicidade mensal com coordenadores de ação, gerente-executivo e gerente de programa para o monitoramento das ações. Nestas reuniões, cada coordenador de ação faz uma apresentação da situação da ação sob sua responsabilidade (resultados alcançados, dificuldades, necessidades e propostas para adequação) e, a partir destas informações, elabora-se um conjunto de temas que é debatido e se torna objeto de avaliação no mês seguinte, sendo que os encaminhamentos destas reuniões são disseminados para as equipes executoras. Nos demais programas, a periodicidade

com maior referência foi a mensal. Dentre as dificuldades encontradas, foi informada a ausência de pessoal.

2006

Todos os programas do MTE adotaram algum tipo de monitoramento e, na sua grande maioria, mais de uma ferramenta. Destacou-se, entretanto, a importância dos sistemas informatizados para o monitoramento dos diversos programas do Ministério. Dada a capilaridade da atuação do MTE, as reuniões de trabalho e as visitas in loco foram ferramentas fundamentais para o monitoramento, ainda que realizadas em diversas periodicidades. Foi mencionada a restrição orçamentária como fator que impede o desenvolvimento do monitoramento in loco na intensidade desejável. E foi relatado que as ações dos programas que faziam parte do rol de Metas Presidenciais mereceram um acompanhamento mais intensivo.

29. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR)

2005

De modo geral, o acompanhamento das ações é realizado por meio de reuniões e relatórios gerenciais. Ressalta-se, no ano de 2005, o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão do Turismo (SIGTur), em fase de testes, que centralizará as informações de execução física e financeira das ações de responsabilidade do Ministério. Paralelamente à implantação do SIGTur, os departamentos que compõem o MTur apresentam periodicamente informações sobre as ações do trimestre durante a reunião do Conselho Nacional do Turismo (CNTur). Os relatórios trimestrais são divulgados no sítio do Ministério na Internet.

2006

Os três programas do Ministério adotaram algum tipo de monitoramento das suas ações. Dando seguimento ao trabalho de 2005, o monitoramento esteve focado nas reuniões de trabalho, que possuem periodicidade bastante diversificada - o que depende de quais interlocutores estão envolvidos -, e no sistema informatizado SIGTur, que ainda se encontra em fase de implementação. Houve continuidade da divulgação de relatórios trimestrais no sítio do Ministério na Internet.

30. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (MT)

2005

Dos 19 gerentes responsáveis por programas do MT que responderam positivamente à questão, 15 afirmaram que os monitoramentos são em maioria feitos por relatórios encaminhados pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) às respectivas diretorias e por empresas de consultoria

contratadas para fazer a supervisão de serviços das obras em execução. Dentre outros instrumentos citados para o acompanhamento das ações, destacam-se visitas in loco para fiscalizar a execução das metas previstas e o acompanhamento da observância dos critérios estabelecidos nos programas de trabalho e no Plano Anual de Fiscalização das unidades do órgão. O Programa Manutenção de Hidrovias destacou ausência de fiscalização in loco com periodicidade constante, o que prejudica a análise das execuções pertinentes ao serviço. Segundo o gerente do Programa, é necessário aumentar a equipe gerencial para aperfeiçoar a sistemática e os instrumentos de monitoramento.

2006

Dezessete gerentes responderam à questão, sendo 13 respostas positivas e quatro negativas. Predominaram como mecanismo de monitoramento das ações as visitas in loco - aleatoriamente realizadas por técnicos da sede do DNIT ao longo do exercício -, o SIGPlan e o cadastro geral de obras rodoviárias, em andamento e paralisadas, que tem a denominação interna de Relatório de Acompanhamento Físico-Financeiro (RAFFO), o qual permite o acompanhamento da execução física dos projetos. Em três dos quatro programas que responderam negativamente, verifica-se que há algum tipo de monitoramento por meio do sistema RAFFO e do SIGPlan. A gerência do Programa que afirma não existir qualquer instrumento de monitoramento (Manutenção de Hidrovias) alega que não capta este tipo de informação devido à dependência de fatores externos e à parcela do orçamento gasta com pessoal.

PODER LEGISLATIVO

31. CÂMARA DOS DEPUTADOS (CD)

2005

O monitoramento do desempenho físico no âmbito da gerência é realizado apenas por meio da validação trimestral dos dados no SIGPlan. Há dificuldades na obtenção de informações das ações que envolvem diversas unidades administrativas da CD.

2006

O desempenho físico é monitorado por meio da funcionalidade de validação trimestral do SIGPlan.

32. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

2005

O monitoramento do desempenho físico das ações contidas no Programa Controle Externo do TCU ocorre primordialmente mediante consultas efetuadas no próprio SIGPlan. O gerente do Programa informou que com a

conscientização por parte dos coordenadores, em relação à relevância concernente ao acompanhamento do desempenho físico das ações, o SIGPlan atendeu às necessidades do TCU. Paralelamente à utilização do referido sistema, também há a elaboração e o encaminhamento mensal à gerência de relatórios relacionados à evolução física das principais ações. Além disso, há o acompanhamento mensal consolidado quadrimestralmente, por meio de indicadores de desempenho.

2006

O TCU teve como mecanismos de monitoramento o SIGPlan, relatórios de gestão para acompanhar a evolução física das ações, reuniões mensais e estatísticas obtidas por meio de outros sistemas informatizados.

PODER JUDICIÁRIO

33. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

2005

A periodicidade do monitoramento das ações do STJ é mensal, realizado por meio do envio de informações repassadas pelas unidades administrativas responsáveis.

2006

O STJ continua acompanhando as ações por meio do SIGPlan.

34. JUSTIÇA DO TRABALHO (JT)

2005

O levantamento das metas da Ação Apreciação de Causas Trabalhistas, em 2005, foi consolidado mensalmente pela Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pelos serviços de estatística dos tribunais regionais trabalhistas (TRTs). As demais metas foram acompanhadas pela equipe do gerente do Programa por meio do SIGPlan.

2006

Foram realizadas reuniões assistemáticas entre o gerente e os coordenadores. Ao longo de 2006 já vinha em curso a implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus). Além do SIGPlan, são utilizados outros sistemas estruturantes do Governo Federal, tais como o Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR) e o SIAFI.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este levantamento buscou sinalizar a evolução na adoção de instrumentos e processos para o monitoramento da execução das metas físicas por parte das gerências dos programas entre os exercícios de 2005 e 2006. Identificam-se práticas de monitoramento da execução das metas físicas das ações dos programas. Porém, muitas vezes, elas são assistemáticas, ou são motivadas por fatores externos como auditoria e não como ferramentas efetivas de gerenciamento da execução. Ressaltam-se os seguintes aspectos:

- a) há necessidade de orientação geral e sistematização dos processos e instrumentos de monitoramento nos órgãos setoriais. Há grande heterogeneidade nas práticas adotadas dentro de um mesmo órgão e dentro de um mesmo programa, o que não é necessariamente negativo, desde que se tenha certa regularidade no uso delas;
- b) foi evidenciada grande dificuldade na obtenção de informações de outros órgãos e unidades diferentes de um mesmo órgão, sinalizando dificuldades na gestão compartilhada dos programas intra-setoriais e multissetoriais;
- c) utilização, em grande quantidade, de instrumentos que foram concebidos para acompanhar outros aspectos que não o desempenho físico de ações do PPA, como por exemplo, relatórios dos órgãos de controle e prestação de contas de convênios;
- d) dificuldades no monitoramento de ações com execução descentralizada;
- e) expansão do número de órgãos que utilizam sistemas informatizados específicos para acompanhamento das ações.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL SETORIAL

2005

Em continuidade ao trabalho, a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) realizou, em parceria com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), no dia 30 de novembro de 2005, a II Oficina Boas Práticas InfraSIG, com o objetivo de proporcionar conhecimentos e trocas de experiências relacionadas aos instrumentos de apoio à gestão do PPA, visando à otimização e à melhoria da gestão interna dos órgãos, sob a ótica do planejamento governamental. Participaram do evento técnicos das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e técnicos da área de tecnologia da informação de todos os órgãos setoriais.

A Oficina InfraSIG 2005 usou critério diferente daquele de 2004 para seleção das experiências setoriais para o evento. Ao contrário de 2004, em que se realizou uma seleção, lançou-se convite para todos os órgãos que possuíam InfraSIGs, os quais desejassem apresentar seus sistemas. Os órgãos que compartilharam suas experiências foram: MEC, MJ, MS e MTur.

No evento, foram apresentadas experiências e iniciativas que buscaram demonstrar a evolução no desenvolvimento e na utilização dos InfraSIGs, evidenciando-se a flexibilização e interoperabilidade quanto à integração dos mesmos com o SIGPlan.

Ao final do exercício de 2005, com a conclusão do webservice para automatização da troca de dados entre os InfraSIGs e o SIGPlan, quatro Ministérios, passaram a enviar dados no padrão XML (MAPA, MCT, MS e o MEC) para o SIGPlan, eliminando novo trabalho no registro das informações da execução física das ações.

2006

Foi disponibilizado para os órgãos com InfraSIG a nova versão do dicionário de dados, com a discriminação do webservice da funcionalidade de validação trimestral em fevereiro de 2006.

A automatização da troca de dados entre o InfraSIG da SEPPIR e o SIGPlan ocorreu em outubro de 2006.

CONCLUSÃO

A elaboração deste documento propiciou o conhecimento dos mecanismos e instrumentos utilizados pelas equipes gerenciais dos programas do PPA para o monitoramento da execução das metas físicas das ações, e permitiu mapear as iniciativas relativas aos sistemas de informação setorial e à sua integração com o SIGPlan, no período 2005-2006. Além disso, a consolidação das informações fornecidas pelos gerentes de programa, quando da avaliação anual, permite uma visão de cada órgão quanto às práticas de monitoramento adotadas para a gestão dos programas do PPA.

Observou-se, em 2006, a expansão do número de programas que fazem uso de sistemas de monitoramento para acompanhamento da execução de suas ações. Ficou demonstrado, ainda, nas respostas dos gerentes de programa, a necessidade de desenvolvimento de InfraSIGs que permitam o acompanhamento da execução e dos resultados, e que possam dar suporte às decisões, de acordo com as especificidades de cada setor.

Por outro lado, para que haja transparência na gestão de programas e ações, é preciso que estes sistemas forneçam informações relevantes de desempenho físico e financeiro tanto para o gestor público (responsável pela implementação das ações) quanto para a sociedade (principal beneficiária). Para isso, a flexibilização no uso de sistemas informatizados pelos órgãos setoriais não pode estar desvinculada da interoperabilidade quanto à integração dos mesmos com o SIGPlan.

Espera-se que este trabalho possa ser utilizado pelas UMAs e pelos dirigentes setoriais, uma vez que aponta dificuldades e oportunidades de melhoria nos processos e instrumentos de monitoramento das ações dos programas.

Para a equipe técnica da SPI, o conjunto de informações apresentadas propicia maior conhecimento dos mecanismos de monitoramento utilizados por cada órgão setorial, subsidiando suas atividades e mais uma possibilidade de utilização das informações captadas no processo de avaliação dos programas do PPA.

A – ROTEIRO DE AVALIAÇÃO (ETAPA GERENTE)

QUADRO CONSOLIDADO DA QUESTÃO 1: MECANISMOS DE MONITORAMENTO SOBRE O DESEMPENHO FÍSICO DAS AÇÕES

Órgão (*)	Respostas		Respostas por tipo de Programa					
	Sim	Não	Sim			Não		
			Finalístico	Gestão de Políticas Públicas	Serviço ao Estado	Finalístico	Gestão de Políticas Públicas	Serviço ao Estado
Advocacia-Geral da União	1	0			1			
Controladoria-Geral da União	1	0			1			
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	23	0	22	1				
Ministério da Ciência e Tecnologia	8	0	7	1				
Ministério da Cultura	9	1	8	1		1		
Ministério da Defesa	27	0	26	1				
Ministério da Educação	12	0	11	1				
Ministério da Fazenda	16	0	7	4	5			
Ministério da Integração Nacional	12	2	11	1		2		
Ministério da Justiça	15	0	14	1				
Ministério da Previdência Social	7	1	5	1	1	1		
Ministério da Saúde	24	0	21	3				
Ministério das Cidades	13	0	12	1				
Ministério das Comunicações	6	0	5	1				
Ministério das Relações Exteriores	9	1	8	1			1	
Ministério de Minas e Energia	25	0	23	2				
Ministério do Desenvolvimento Agrário	8	1	7	1		1		
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	6	0	5	1				
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	10	0	9	1				
Ministério do Esporte	6	0	5	1				
Ministério do Meio Ambiente	19	1	18	1		1		
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	12	0	3	5	4			
Ministério do Trabalho e Emprego	11	0	10	1				
Ministério do Turismo	3	0	2	1				
Ministério dos Transportes	13	4	13			3	1	
Presidência da República	8	2	5	2	1	1	1	
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	3	0	2	1				
Secretaria Esp. de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	2	0	1	1				
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	3	0	2	1				
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	8	1	8				1	
Poder Executivo Federal	320	14	270	37	13	10	4	0
Justiça do Trabalho	1	0	1					
Superior Tribunal de Justiça	1	0	1					
Poder Judiciário Federal	2	0	2	0	0	0	0	0
Câmara dos Deputados	1	0	1					
Tribunal de Contas da União	1	0			1			
Poder Legislativo Federal	2	0	1	0	1	0	0	0
TOTAL	324	14	273	37	14	10	4	0

Fonte: SIGPlan SIGPlan-Avaliação Anual de Programas - Questão 1: Mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações

Observação: (*) Não contempla todos os órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo porque a Avaliação Anual do PPA 2004-2007 não é obrigatória.

B – ROTEIRO DE AVALIAÇÃO (ETAPA GERENTE)

QUADRO CONSOLIDADO DA QUESTÃO 1.1: MECANISMOS DE MONITORAMENTO SOBRE O DESEMPENHO FÍSICO DAS AÇÕES

Órgão (*)	Quantidade de Programas no ano de 2006	Respostas por tipo de Programa (¹)							Indicador do Tipo de Monitoramento (²)	
		Reuniões de Trabalho	Visitas in loco	Sistemas Informatizados	SIGPlan	Relatórios de Gestão	InfraSIG	Outros	Monitoramento com o SIGPlan/ Quantidade de Programas	Monitoramento com visitas in loco/Quantidade de Programas
		a	b	c	d	e	f	g	h	i=e/a
Advocacia-Geral da União	1	1	1	0	1	1	0	0	1,00	1,00
Controladoria-Geral da União	2	0	0	1	1	0	0	0	0,50	0,00
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	23	16	13	16	10	11	3	9	0,43	0,57
Ministério da Ciência e Tecnologia	14	3	3	3	0	4	6	1	0,00	0,21
Ministério da Cultura	10	5	4	5	7	5	0	3	0,70	0,40
Ministério da Defesa	27	19	20	11	17	16	4	4	0,63	0,74
Ministério da Educação	12	4	5	9	2	7	3	1	0,17	0,42
Ministério da Fazenda	17	8	2	4	11	11	0	5	0,65	0,12
Ministério da Integração Nacional	14	8	10	3	5	4	0	4	0,36	0,71
Ministério da Justiça	16	12	9	8	9	9	3	5	0,56	0,56
Ministério da Previdência Social	9	6	2	3	5	4	0	2	0,56	0,22
Ministério da Saúde	26	17	17	22	16	21	6	6	0,62	0,65
Ministério das Cidades	14	6	6	9	4	5	0	2	0,29	0,43
Ministério das Comunicações	6	4	1	4	5	4	0	1	0,83	0,17
Ministério das Relações Exteriores	11	4	2	4	5	3	0	1	0,45	0,18
Ministério de Minas e Energia	26	20	13	16	19	17	1	2	0,73	0,50
Ministério do Desenvolvimento Agrário	9	7	8	6	0	4	0	2	0,00	0,89
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	11	4	3	5	2	3	0	3	0,18	0,27
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	13	6	5	7	6	9	1	3	0,46	0,38
Ministério do Esporte	6	6	5	6	6	6	3	1	1,00	0,83
Ministério do Meio Ambiente	27	16	17	10	9	9	3	3	0,33	0,63
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	13	10	3	4	11	7	2	3	0,85	0,23
Ministério do Trabalho e Emprego	11	9	7	11	8	6	0	5	0,73	0,64
Ministério do Turismo	3	3	2	3	2	2	2	2	0,67	0,67
Ministério dos Transportes	19	3	10	12	4	13	1	1	0,21	0,53
Presidência da República	11	7	4	5	5	6	0	0	0,45	0,36
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	3	2	3	2	2	2	0	0	0,67	1,00
Secretaria Esp. de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	2	1	2	1	1	1	1	0	0,50	1,00
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	3	3	3	0	3	3	0	2	1,00	1,00
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	9	7	7	4	1	6	0	2	0,11	0,78
Poder Executivo Federal	368	217	187	194	177	199	39	73	0,48	0,51
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Justiça do Trabalho	1	1	0	1	1	0	0	0	1,00	0,00
Justiça Eleitoral	1	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Justiça Federal	1	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Justiça Militar da União	1	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Ministério Público da União	1	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Superior Tribunal de Justiça	1	0	0	0	1	0	0	0	1,00	0,00
Supremo Tribunal Federal	2	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Poder Judiciário Federal	9	1	0	1	2	0	0	0	0,22	0,00
Câmara dos Deputados	1	0	0	0	1	0	0	0	1,00	0,00
Senado Federal	1	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Tribunal de Contas da União	1	1	0	1	1	1	0	0	1,00	0,00
Poder Legislativo Federal	3	1	0	1	2	1	0	0	0,67	0,00

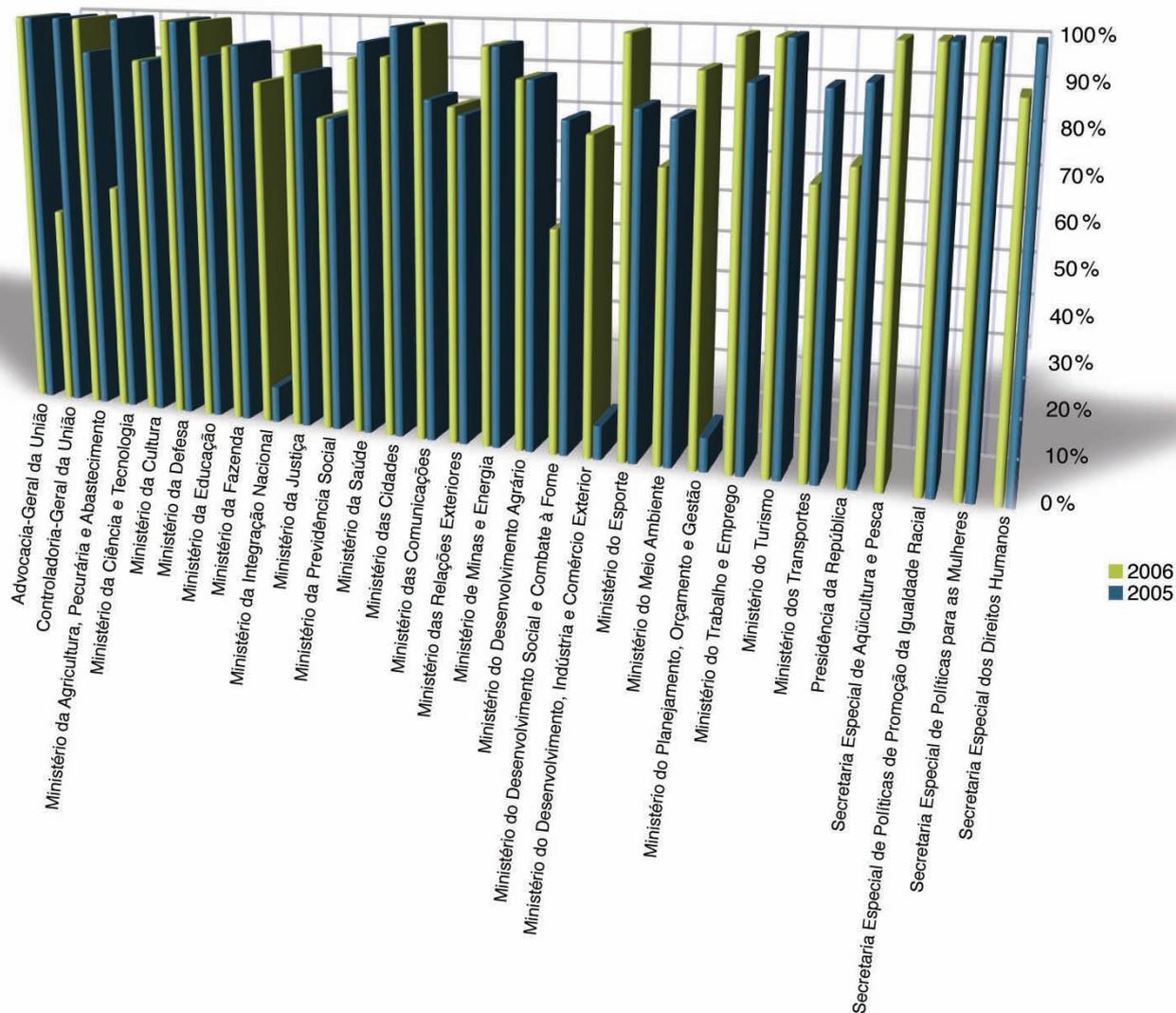
Fonte: SIGPlan - Avaliação Anual de Programas - Questão 1.1 (a): Mecanismos de monitoramento adotados

Observações: [1] Representa a quantidade de respostas dos Gerentes do tipo de monitoramento que adota para os programas sob sua responsabilidade; [2] Representa a relação entre o tipo de monitoramento e a quantidade de programas de responsabilidade do órgão setorial - quando igual a 1 (um) indica que todos os programas possuem mecanismo de monitoramento; e [3] Inclui as informações das seguintes unidades: Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Comunicação Social e Secretaria de Relações Institucionais).

Nota: S/I - Sem informação, órgão não participou do processo de Avaliação Anual do PPA 2004-2007.

C – ROTEIRO DE AVALIAÇÃO (ETAPA GERENTE)

GRÁFICO DOS ÍNDICES DE EXISTÊNCIA DE MECANISMOS DE MONITORAMENTO NOS PROGRAMAS SOB RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO SETORIAL - MECANISMOS ESTRUTURADOS DE MONITORAMENTO (1) - COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2006 E 2005



Fonte: SIGPlan - Avaliação Anual de Programas - Questão 1: Mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações

Observação: [1] Representa a quantidade de respostas dos Gerentes da existência de mecanismos estruturados de monitoramento para o programa e a quantidade total de programas do órgão setorial

D – QUADRO GERAL DE MONITORAMENTO 2004-2006

O quadro a seguir demonstra a relação entre o número de programas que utilizam mecanismos de monitoramento sobre o total de programas do órgão setorial, e o uso ou não de sistemas de informações para monitoramento dos programas numa perspectiva plurianual:

QUADRO GERAL DE EXISTÊNCIA DE MECANISMOS DE MONITORAMENTO POR ANO (2004-2006)

Órgão	Existência de Mecanismos Estruturados de Monitoramento (¹)			Sistema de Informações Gerenciais Setorial (²)		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Advocacia-Geral da União	1/1	1/1	1/1	Sim	Sim	Não
Controladoria-Geral da União	2/2	2/2	1/2	Não	Não	Não
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22/24	22/24	23/23	Sim	Sim	Sim
Ministério da Ciência e Tecnologia	1/12	13/13	8/14	Sim	Sim	Sim
Ministério da Cultura	10/11	9/10	9/10	Não	Não	Não
Ministério da Defesa	26/27	27/27	27/27	Não	Não	Não
Ministério da Educação	4/11	11/12	12/12	Não	Sim	Sim
Ministério da Fazenda	15/17	17/18	16/17	Não	Não	Não
Ministério da Integração Nacional	1/12	1/11	12/14	Não	Não	Não
Ministério da Justiça	1/10	15/17	15/16	Não	Não	Sim
Ministério da Previdência Social	7/9	7/9	7/9	Não	Não	Não
Ministério da Saúde	24/25	25/26	24/26	Sim	Sim	Sim
Ministério das Cidades	13/16	14/14	13/14	Não	Não	Não
Ministério das Comunicações	5/6	5/6	6/6	Não	Não	Não
Ministério das Relações Exteriores	8/10	8/10	9/11	Não	Não	Não
Ministério de Minas e Energia	24/26	25/26	25/26	Não	Não	Não
Ministério do Desenvolvimento Agrário	6/8	8/9	8/9	Não	Não	Não
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	1/11	8/10	6/11	Não	Não	Não
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1/11	1/12	10/13	Não	Não	Não
Ministério do Esporte	5/7	5/6	6/6	Não	Não	Não
Ministério do Meio Ambiente	19/25	22/27	19/27	Não	Não	Não
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1/11	1/12	12/13	Sim	Sim	Sim
Ministério do Trabalho e Emprego	8/10	9/10	11/11	Não	Não	Não
Ministério do Turismo	3/3	3/3	3/3	Não	Sim	Não
Ministério dos Transportes	14/20	17/19	13/19	Não	Não	Não
Presidência da República	9/10	10/11	8/11	Não	Não	Não
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	1/1	0/3	3/3	Não	Não	Não
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	0/1	2/2	2/2	Não	Sim	Sim
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	1/3	3/3	3/3	Não	Não	Não
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	5/9	9/9	8/9	Não	Não	Não
Poder Executivo Federal	238/349	300/362	320/368			
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Justiça do Trabalho	S/I	1/1	1/1	S/I	Não	Não
Justiça Eleitoral	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Justiça Federal	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Justiça Militar da União	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Ministério Público da União	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Superior Tribunal de Justiça	S/I	1/1	1/1	S/I	Não	Não
Supremo Tribunal Federal	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Poder Judiciário Federal	0/8	2/8	2/9			
Câmara dos Deputados	S/I	1/1	1/1	S/I	Não	Não
Senado Federal	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Tribunal de Contas da União	1/1	1/1	1/1	Não	Não	Não
Poder Legislativo Federal	1/3	2/3	2/3			
Total	239/360	304/373	324/380			

Fonte: SIGPlan-Avaliação Anual de Programas - Questão 1: Mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. Observações: [1] Representa a quantidade de respostas dos Gerentes da existência de mecanismos estruturados de monitoramento para o programa e a quantidade total de programas do órgão setorial; [2] Considerados os Sistemas de Informações Gerenciais Setorial (InfraSIG) e outros similares que consolidam as informações das execuções dos programas e ações de responsabilidade do órgão setorial; e [3] Inclui as informações das seguintes unidades: Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Comunicação Social e Secretaria de Relações Institucionais. Nota: S/I - Sem informação, órgão não participou do processo de Avaliação Anual do PPA 2004-2007.

**Ministério do
Planejamento**



www.planejamento.gov.br
monitoramento@planejamento.gov.br